OBRIGAÇÃO ALIMENTAR ENTRE EX-CÔNJUGES E EX-COMPANHEIROS: uma análise acerca da natureza jurídica e os critérios para estabelecimento do termo final

FOOD OBLIGATION BETWEEN EX-SPOUSES AND EX-PARTNERS: the analysis about the criteria for the establishment of the final term of the food obligation modality

Marina Vildes Santos¹

RESUMO

O presente estudo acadêmico visa trazer uma reflexão acerca do instituto dos Alimentos, dando enfoque especial à prestação alimentícia entre ex-cônjuges e ex-companheiros expondo os critérios para o estabelecimento do termo final dessa modalidade de obrigação alimentar. Sabe-se que o instituto dos Alimentos deve estar sempre pautado no trinômio necessidade/possibilidade/proporcionalidade. Entretanto, conforme se depreende de julgamentos do Superior Tribunal de Justiça, na modalidade de obrigação alimentar devida a ex-cônjuges e a ex-companheiros, seria salutar também a incidência de uma limitação temporal, ressalvados casos excepcionais. Somente a partir de uma minuciosa análise das especificidades do caso concreto seria possível determinar corretamente a necessidade ou não de se estabelecer o termo final para a prestação alimentar. Desse modo, por meio de uma análise acerca da aplicabilidade e efetividade do tema proposto, bem como das controvérsias existentes em torno do assunto, pretende-se problematizar os conceitos apreendidos, analisar as bases jurídicas que o circundam, possibilitando uma percepção de como o Poder Judiciário Brasileiro tem lidado com a questão na atualidade.

Palavras-chave: Direito de Família. Alimentos. Ex-cônjuges. Ex-companheiros. Exoneração do dever alimentar.

ABSTRACT

The present academic study aims to bring a reflection on the Food Institute, giving special focus to the provision of alimony between ex-spouses and ex-partners, exposing the criteria for establishing the final term of this type of maintenance obligation. It is known that the Food Institute must always be based on the trinomial necessity/possibility/proportionality. However, as can be seen from judgments of the Superior Court of Justice, in the form of maintenance obligations owed to ex-spouses and ex-partners, it would also be beneficial to have a temporal limitation, except in exceptional cases. Only from a thorough analysis of the specificities of the specific case would it be possible to correctly determine whether or not it is necessary to establish the final term for the maintenance provision. Thus, through an analysis of the applicability and effectiveness of the proposed theme, as well as the existing

¹ Especialista em Direito Privado pela Faculdade Arnaldo Janssen; Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: marina.vildes@gmail.com.

controversies surrounding the subject, the aim is to problematize the concepts learned, analyze the legal bases that surround it, enabling a perception of how the Brazilian Judiciary is currently dealing with the issue.

Keywords: Family law. Foods. Former spouses. ex-partners.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo acadêmico visa trazer uma reflexão acerca do instituto dos Alimentos, dando enfoque especial à prestação alimentícia entre ex-cônjuges e ex-companheiros expondo os critérios para o estabelecimento do termo final dessa modalidade de obrigação alimentar.

A temática do estudo foi escolhida a partir da curiosidade despertada após leitura de notícia vinculada no site do Superior Tribunal de Justiça, na qual era exposto entendimento da Terceira Turma do referido órgão acerca da limitação temporal de alimentos devidos a ex-cônjuges.

Sabe-se que o instituto dos Alimentos deve estar sempre pautado no trinômio necessidade/possibilidade/proporcionalidade. Porém, a princípio, na modalidade de obrigação alimentar devida a ex-cônjuges, seria salutar também a incidência de uma limitação temporal, ressalvados casos excepcionais. Somente a partir de uma minuciosa análise das especificidades do caso concreto seria possível determinar corretamente a necessidade ou não de se estabelecer o termo final para a prestação alimentar.

Em virtude de não haver pacificação doutrinária acerca da temática, o debate a respeito do assunto ainda se faz necessário, sendo interessante a análise dos aspectos controversos, peculiaridades e limitações intrínsecas à aplicação do instituto.

Para uma maior familiaridade e conhecimento do tema proposto e das controvérsias existentes em torno do assunto, pretende-se problematizar os conceitos apreendidos, analisar as bases jurídicas que o circundam, valendo-se de livros, manuais, textos normativos, artigos de periódicos, teses e, inclusive, de jurisprudência, para que se tenha uma melhor compreensão de como o Poder Judiciário tem lidado com o tema na atualidade.

2 O INSTITUTO DOS ALIMENTOS

2.1 Dos Alimentos: breves comentários

Ao longo dos anos, diversos sociólogos e filósofos se dedicaram aos estudos do homem. Tem-se que a vivência e a participação deste em uma comunidade se faz presente desde os primeiros aos últimos dias de vida, sendo a constituição e estreitamento de vínculos entre os indivíduos fatores cruciais para a sobrevivência e formação do ser humano – especialmente nas sociedades atuais tidas como organizadas.

Tal vinculação e dependência desenvolvidas naturalmente em decorrência da vida em sociedade torna, muitas vezes, necessária a existência de determinados auxílios a indivíduos que não consigam manter-se, por si só, provendo suas necessidades. Em virtude dessa incapacidade de subsistência e visando repartir os ônus e encargos gerados por estes indivíduos, o Estado, mediante dispositivos legais,

estabeleceu o instituto dos Alimentos, servindo este como consubstanciação do princípio constitucional da Solidariedade.

Neste sentido, merece destaque os ensinamentos de Marcos Augusto de Albuquerque Ehrhardt Júnior:

A solidariedade é expressão mais profunda da sociabilidade que caracteriza a pessoa humana. No contexto atual, a lei maior determina – ou melhor, exige – que nos ajudemos mutuamente, a conservar nossa humanidade, porque a construção de uma sociedade livre, justa e solidária cabe a todos e a cada um de nós. (Ehrhardt Júnior *apud* Silva, 2014, p. 130-131).

Dessa forma, mostra-se evidente, como aduz o jurista Paulo Lôbo que:

O mais importante nessa viragem rumo ao princípio jurídico da solidariedade é a compreensão de que a solidariedade não é apenas dever positivo do Estado, na realização das políticas públicas, mas também que importa deveres recíprocos entre as pessoas, pois, como disse Bourgeois, os homens já nascem devedores da associação humana e são obrigados uns com os outros pelo objetivo comum. [...] Sem a solidariedade, a subjetividade jurídica e a ordem jurídica convencional estão fadadas a constituírem mera forma de conexão de indivíduos que permanecem juntos, mas isolados e distanciados da ética comunitária. (Lôbo *apud* Silva, 2014, p. 132-133).

Oportuno expor também que a estreita ligação entre o princípio constitucional da Solidariedade e os Alimentos previstos na seara do direito civil envolvem, especialmente, as relações de parentesco, uma vez que a obrigação alimentar consiste na ideia de que se deve prestar auxílio àqueles em que há, sobretudo, um vínculo relacional familiar. A obrigação alimentar, portanto, é a manifestação maior da solidariedade familiar (Silva, 2014).

Em caráter geral, os Alimentos consistem em tudo o que for necessário a uma vida digna, seja em relação ao seu aspecto físico, intelectual ou psíquico. Desta maneira, o termo acaba por abarcar aspectos que vão além do mero sustento. Nas palavras de Eduardo de Oliveira Leite:

A expressão alimentos não pode ser reduzida à noção de mero sustento, ao passo que envolve habitação, saúde, lazer, educação, profissionalização, dentre outros conteúdos que podem se materializar na relação concreta, como prevê, aliás, de forma abrangente, o texto constitucional. (Leite *apud* Cerutti; Catalan, 2013, p. 926).

Conforme já mencionado, nem todo indivíduo, seja em decorrência do fator idade – criança ou idoso –, por uma enfermidade, em virtude da falta de emprego ou qualificação para exercício da atividade laborativa, isto é, devido a uma incapacidade em sentido amplo, é capaz de garantir sua subsistência. Desse modo, quando configurada a situação supracitada, via de regra, se faz necessária a instituição de Alimentos.

Afirmam os juristas Eliza Cerutti e Marcos Catalan (2013, p. 926), que “nesse viés, a expressão alimentos implica nos valores, bens ou serviços destinados à satisfação das necessidades existenciais de uma pessoa, sendo devidos quando essa não possa prover o próprio sustento.

O referido instituto encontra-se previsto em capítulo próprio do Código Civil, no qual, a priori, merece destaque o que dispõe o art. 1.694, caput:

Art. 1.694. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação. (Brasil, 2002).

A partir de uma análise do dispositivo legal mencionado anteriormente, observa-se que este “atribui a solidariedade familiar de forma recíproca, estabelecendo a obrigação alimentar entre parentes, cônjuges e companheiros”. (Toaldo; Muller, 2015, p.120).

Entretanto, a fixação e o pagamento dos alimentos devem respeitar determinados requisitos de modo a não representar um incentivo ao ócio em relação ao alimentando e um encargo elevado à figura do alimentante.

Nesse diapasão, estipula o parágrafo primeiro do artigo supramencionado que “os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.” (Brasil, 2002).

Cumprido destacar que, anteriormente, o referido instituto estaria pautado no binômio necessidade/possibilidade. Porém, com o passar dos anos ocorreu uma ampliação interpretativa sendo acrescentado também o fator proporcionalidade.

Observa-se que as relações sociais estão se tornando cada vez mais complexas e heterogêneas. Por serem constantes as transformações ocorridas na sociedade, surgem também novos pensamentos e perspectivas sociais. Em virtude dessas modificações, o ordenamento jurídico, por estar imerso nesta sociedade, acaba por refletir as influências decorrentes dessa evolução social. Neste sentido, ressalta-se a passagem:

O direito civil dos nossos dias incorpora novos modos de percepção. É chamado, a todo instante, a reconstruir o sentido de velhos conceitos e categorias, diante dos problemas inéditos que o nosso século apresenta. Não são poucos nem simples os desafios que se põem diante do século XXI. (Savater *apud* Farias; Netto; Rosenvald, 2018, p. 97).

A partir dessa nova visão, tem-se a configuração de um trinômio, permitindo que haja ainda mais equilíbrio na relação entre alimentante e alimentando.

Nessa linha de pensamento destaca-se o exposto por Luiz Cláudio Amerise Spolidoro:

Embora se tenha fincado colunas no binômio necessidade/possibilidade, certo é que os alimentos têm caracteres mais extensos, devendo ser representados pelo trinômio – obrigatoriedade de prestá-los/ necessidade de recebê-los/ possibilidade de satisfazê-los. (Spolidoro, 2008, p. 51).

Desse modo, têm-se que o instituto dos Alimentos, a partir de uma visão mais constitucionalizada do Direito Civil, encontra-se aberto a novas possibilidades interpretativas, como poderá ser verificado a partir de jurisprudências pátrias.

2.2 Dos requisitos da obrigação alimentar

Em que pese ser o trabalho a fonte primordial para que a pessoa seja responsável por seu sustento próprio, nem sempre os indivíduos encontram-se em condições aptas para prover sua própria manutenção. Nestes casos origina-se a

obrigação alimentar. Pautado pelos artigos 1.694 e 1.695 do Código Civil, menciona Gediel Claudino de Araújo Júnior:

O direito e a obrigação a alimentos cabem aos parentes, aos cônjuges e aos companheiros, sendo devidos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo trabalho, a própria manutenção, e aquele, de quem se reclama, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu próprio sustento. (Araújo Júnior, 2016, p.77-78).

Isto posto, depreende-se que a obrigação alimentar possui três requisitos básicos, quais sejam, a constatação da necessidade do alimentando; a possibilidade do alimentante; e a presença de um vínculo legal ou de parentesco entre o alimentante e o alimentando.

Em relação aos dois primeiros requisitos mencionados, destaca-se que podem ser sintetizados no trinômio proporcionalidade/possibilidade/necessidade, baliza que norteia a fixação dos alimentos. (Dias, 2007). Tais parâmetros são indispensáveis para que não ocorra um abuso no exercício do direito por parte de quem os requer ou mesmo uma onerosidade por parte de quem os paga.

Quanto ao terceiro requisito elencado, este consistente na relação de vínculo entre alimentante e alimentando, preceitua Paulo Lôbo que os Alimentos:

No universo do direito de família, serão devidos nas relações de parentesco, em razão da ruptura da sociedade conjugal ou diante do surgimento de deveres de amparo ao idoso, sempre que uma das partes na relação jurídica vier a necessitar deles para viver dignamente. (Lôbo *apud* Cerutti; Catalan, 2013, p. 9226).

É mister salientar que o presente estudo se propõe a dar especial ênfase a obrigação alimentar decorrente da lei, sobretudo quanto ao vínculo estabelecido a partir da relação entre cônjuges – em virtude do matrimônio –, e companheiros – devido a constituição de uma união estável. A este liame dá-se o nome de Afinidade.

Para tanto merece destaque o disposto no art. 1.595 do Código Civil:

Art. 1.595. Cada cônjuge ou companheiro é aliado aos parentes do outro pelo vínculo da afinidade.

§1º O parentesco por afinidade limita-se aos ascendentes, aos descendentes e aos irmãos do cônjuge ou companheiro.

§2º Na linha reta, a afinidade não se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável. (Brasil, 2002).

Entretanto, ainda que se finda o vínculo de Afinidade entre os cônjuges e companheiros, prevê o ordenamento jurídico brasileiro a existência da obrigação alimentar – evidenciando os artigos 1.702 e 1.704 do Código Civil:

Art. 1.702. Na separação judicial litigiosa, sendo um dos cônjuges inocente e desprovido de recursos, prestar-lhe-á o outro a pensão alimentícia que o juiz fixar, obedecidos os critérios estabelecidos no art. 1.694. [...]

Art. 1.704. Se um dos cônjuges separados judicialmente vier a necessitar de alimentos, será o outro obrigado a prestá-los mediante pensão a ser fixada pelo juiz, caso não tenha sido declarado culpado na ação de separação judicial.

Parágrafo único. Se o cônjuge declarado culpado vier a necessitar de alimentos, e não tiver parentes em condições de prestá-los, nem aptidão para

o trabalho, o outro cônjuge será obrigado a assegurá-los, fixando o juiz o valor indispensável à sobrevivência. (Brasil, 2002).

3 A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR ENTRE EX-CÔNJUGES OU EX-COMPANHEIROS

Sendo uma das possíveis manifestações da obrigação alimentar, os Alimentos entre ex-cônjuges e ex-companheiros “são prestados em favor daquele ex-cônjuge ou ex-companheiro que não tenha condições de sustentar-se ou que necessite de um complemento para a sua manutenção.” (Toaldo; Muller, 2015, p.120).

Conforme já abordado no estudo, o direito brasileiro estabeleceu mediante dispositivos legais que compete aos parentes, cônjuges e companheiros a obrigação alimentar. A respeito da temática, leciona Yussef Said Cahali:

Define-se o legislador pelo caráter patrimonial da obrigação alimentícia equipara o cônjuge e os companheiros aos parentes, no direito de pedir alimentos, para fazê-los irrenunciáveis em qualquer caso, e remanescendo a obrigação alimentícia mesmo que dissolvida a sociedade conjugal pela separação judicial, até a benefício do cônjuge que foi responsável por esta separação. (Cahali *apud* Toaldo; Muller, 2015, p.121).

Primeiramente, é mister destacar que o instituto dos Alimentos se vê revestido do princípio da reciprocidade. Incidindo situações de necessidade, “aquele que tem direito de recebê-los, do mesmo modo, pode vir a juízo para pleiteá-los a seu favor.” (Toaldo; Muller, 2015, p.122).

Nesse tocante, ambos os cônjuges e companheiros podem ser titulares de alimentos, ainda que tenha havido o rompimento afetivo. Para Maria Berenice Dias:

O dever de mútua assistência, imposto aos cônjuges quando do casamento, é que dá origem à obrigação alimentar, cuja exigibilidade está condicionada ao rompimento do casamento. Mas, ainda que o ônus assistencial seja recíproco, os alimentos revestiam – ao menos até o advento do atual Código Civil – um caráter punitivo-indenizatório, pois eram impostos como condenação ao cônjuge culpado em favor do consorte inocente. (Dias, 2006, p.38).

A adoção do princípio da reciprocidade nas obrigações alimentares entre ex-cônjuges e ex-companheiros tem uma aplicação recente. A interpretação mais moderna acerca do tema, tanto doutrinária como dos Tribunais, advinda especialmente em virtude da Emenda Constitucional 66/2010, torna o elemento culpa na dissolução da sociedade conjugal questão já superada para análise de um possível direito aos Alimentos – ainda que o termo “culpado” continue constando no corpo do texto do art. 1.704 do Código Civil.

Nessa mesma linha de pensamento, destaca-se:

Todavia, o direito de família, que se engaja na luta pelo direito de que homens e mulheres sejam felizes, independentemente dos vínculos afetivos que venham estabelecer, caminha, a passos largos, à luz da CRFB/1988, para que os alimentos sejam arbitrados com fundamento apenas no binômio necessidade do alimentando e possibilidade do alimentante, sem qualquer discussão de culpa na seara do término do relacionamento.

Entende-se, portanto, que, após a Emenda Constitucional nº 66 (EC 66/2010), que sepultou o instituto da separação (mesmo com opiniões contrárias) e, com ele, prazos e atribuição de culpa pelo fim do afeto, o mencionado art. 1.704 passou a ser eivado de inconstitucionalidade. (Souza; Siqueira, 2012, p.139).

Outro aspecto que influenciou diretamente a obrigação alimentar entre ex-cônjuges e ex-companheiros que também guarda relação com o princípio da reciprocidade gira em torno da “completa paridade jurídica dos gêneros sexuais (art. 5º, I) e a igualdade entre cônjuges”. (Souza; Siqueira, 2012, p.137).

A Constituição Federal de 1988 marca um giro paradigmático ao estabelecer uma nova concepção de deveres e direitos do homem e mulher, possibilitando significativas alterações principalmente na seara do Direito de Família – destaque para a emancipação da mulher ao conquistar tratamento jurídico paritário e seu maior acesso ao mercado de trabalho, bastante cerceado anteriormente. (Spolidoro, 2008).

Nesse diapasão, o jurista Carlos Roberto Gonçalves afirma que:

Após o advento do Código Civil de 2002, o legislador auferiu ao homem e a mulher os mesmos direitos e deveres entre ambos, amparados pelo art. 226, § 5º, da Constituição Federal, baseando-se pelo dever da mútua assistência e da solidariedade familiar. Desta forma, os cônjuges se encontram no mesmo patamar de igualdade, sendo estes os responsáveis pelo sustento e o bem-estar da família, conservando alguns dos deveres previstos no Código anterior, recepcionado pelo art. 1.566 do CC de 2002, como a “vida em comum, no domicílio conjugal e a mútua assistência”, assim como, no art. 1.568 do mesmo Código, que “os cônjuges são obrigados a concorrer, na proporção de seus bens e dos rendimentos do trabalho, para o sustento da família.” (Gonçalves *apud* Toaldo; Muller, 2015, p.122).

Mesmo que nos últimos anos tenha ocorrido uma evolução social no sentido de se almejar cada vez mais uma igualdade material entre homens e mulheres, prevalece ainda um significativo desequilíbrio entre os sexos, como se depreende da própria prática social, especialmente no que tange à distribuição de renda e valor salarial. (Souza; Siqueira, 2012).

Com a dissolução da sociedade conjugal os indivíduos experimentam um abrupto desequilíbrio econômico-financeiro, sobretudo em virtude da partilha de bens e das modificações no modo de vida – que agora passa a não ser mais a dois. (Souza; Siqueira, 2012).

A respeito do tema, destaca Paulo Lôbo:

A separação dos cônjuges e companheiros nunca preserva inteiramente a “condição social”, inclusive quanto aos filhos, pois as despesas que antes eram compartilhadas passam a ser assumidas individualmente, o que significa queda do padrão anterior. Onde havia uma família passam a ser duas, com suas despesas próprias e conjuntamente superiores ao que tinha antes, em comum. (Lôbo, 2008, p. 346).

Dessa forma, apesar da vertente aplicação substancial dos princípios da igualdade e da reciprocidade no âmbito familiar – possibilitando que a obrigação alimentar seja pleiteada por ambos os cônjuges ou companheiros – observa-se que, devido a todo o histórico-cultural de uma sociedade extremamente patriarcal:

Ainda hoje, o gênero feminino, em maior proporção que o masculino, tem abdicado de sua possibilidade de ascender educacional e profissionalmente em favor da manutenção do casamento ou da união estável, bem como da criação e da educação dos filhos. (Souza; Siqueira, 2012, p.138).

Não raro, nota-se que há o abandono da carreira em prol da família – via de regra, pelo cônjuge ou companheiro mulher. Entretanto, é mister salientar que, em que pese ser a mulher quem mormente abdica da carreira, não se pode fazer uma análise limitada do cotidiano social, de forma a restringir as situações fáticas acerca das questões de cunho alimentar apenas em relação ao gênero feminino. Há casos, por exemplo, em que o homem se mantém desempregado face uma estabilidade no labor de sua parceira (Silva, 2010).

Cabe considerar que a adoção da postura de abrir mão da vida profissional, dedicando-se exclusivamente à prole, independentemente de qual seja o cônjuge ou companheiro, pode dar ensejo a consequências negativas – especialmente quanto a uma excessiva dependência e necessidade financeiras para com o outro cônjuge ou companheiro. Nos casos em que há abdicção por parte de um dos cônjuges ou companheiros e ocorre uma posterior dissolução da sociedade conjugal, fica predominante a necessidade de se prestar alimentos àquele que ficou desprovido de recursos.

Deve-se haver a consideração de que, com a ruptura do casamento ou da união estável, o ex-cônjuge ou ex-companheiro encontrar-se-á em situação de fragilidade emocional e afetiva, estando muitas vezes vulnerável em virtude de um desamparo do outro que até então o auxiliava suprimindo suas necessidades quando da vida em comum. Nesse sentido:

É certo, não se colocando em dúvida, que a ruptura da conjugalidade implica em perdas recíprocas. Por isso, cessando o casamento, ambos os cônjuges sofrem, certamente, um decréscimo de sua capacidade econômica, decorrente da nova realidade imposta, obrigando, cada um, a assumir novos gastos. É possível sustentar, assim, que o pensionamento alimentar entre ex-cônjuges (assim como entre ex-companheiros) dependerá de cada caso concreto, devendo ser sopesadas as circunstâncias específicas do relacionamento. (Farias; Netto; Rosenvald, 2018, p. 1884).

Embora se almeje o quanto antes a independência entre os cônjuges ou companheiros, na prática, após a dissolução conjugal, ainda se faz presente a necessidade de pedir um auxílio para a manutenção daquele que mais foi afetado com a alteração do status das partes.

Cumprе salientar que, como já mencionado anteriormente, os Alimentos consistem em prestações devidas ao ex-cônjuge ou ex-companheiro enquanto a situação de necessidade de subsistência deste persistir. Contudo, não pode o alimentando furtar-se de utilizar todos os meios disponíveis para promoção de seu sustento. O instituto dos Alimentos deve ser baseado em uma relação equilibrada entre os polos, não podendo servir como incentivo ao ócio ou fomentar o “parasitismo”.

Como bem aborda Luiz Cláudio Amerise Spolidoro:

Não é admissível que uma pessoa saudável, com idade produtiva e vivendo com liberdade irrestrita, queira se manter beneficiária de pensão alimentícia do outro cônjuge ou ex-cônjuge só porque com ele é ou foi casada. Também não se pode cogitar de impor a qualquer das partes a obrigação *ad eternum*

de sustentar a outra, em face de relação jurídica da qual só restaram indesejáveis lembranças dos sabores e das máculas do passado. (Spolidoro, 2008, p. 52).

Em virtude dos aspectos acima expostos, discute-se quais critérios devem ser levados em consideração para a estipulação de uma limitação temporal da obrigação alimentar entre ex-cônjuges e ex-companheiros.

3.1 Da natureza jurídica e do termo final da obrigação alimentar – Exoneração de Alimentos entre ex-cônjuges ou ex-companheiros

O debate acerca do termo final da obrigação alimentar entre ex-cônjuges e ex-companheiros é bastante intenso.

Assim como na fixação, o magistrado, de forma a evitar injustiças entre as partes da relação, deve considerar diversos fatores para que haja a definição do termo final da obrigação alimentar. É inegável que na decisão que determine a manutenção ou não da obrigação alimentar, a razoabilidade, bem como, o caso concreto, são aspectos essenciais para a uma análise acertada.

Tendo como ponto de partida a perspectiva de que o trinômio necessidade/possibilidade/proporcionalidade é premissa no instituto dos Alimentos, deve ser demonstrado de forma robusta que a situação de necessidade e de possibilidade persiste e que o dever de alimentar ainda se faz necessário.

Deve-se primar para que o dever de pagamento de pensão alimentícia ao ex-cônjuge ou ex-companheiro seja uma exceção, e não regra. Após o término da sociedade conjugal é esperado que os indivíduos busquem uma independência financeira a partir de seus próprios recursos. Assim, ainda que não haja um elemento objetivo legal para que se estabeleça um termo final para a prestação alimentar, é salutar a fixação de um prazo, de modo a estimular que o ex-cônjuge ou ex-companheiro, o quanto antes, almeje um desenvolvimento próprio e tenha condições de se restabelecer – readequação e soerguimento pessoal – em período posterior a separação.

O instituto dos alimentos não pode servir para tutelar os que voluntariamente optaram pela ociosidade ou mesmo transformar o ex-cônjuge que presta alimentos em algo similar ao órgão de previdência social (Lôbo, 2008).

A partir de tais considerações tem-se que:

Apesar da ausência de previsão legal, a doutrina e a jurisprudência são uniformes em reconhecer a possibilidade de fixação dos alimentos transitórios, inclusive de ofício pelo juiz, em ações nas quais os alimentos foram requeridos de maneira definitiva, mas o juiz entende cabível a fixação, somente, por certo período de tempo. (Farias; Netto; Rosenthal, 2018, p. 1891).

Ante o exposto, fica evidente que a concessão de alimentos entre os ex-cônjuges e ex-companheiros deve possuir caráter transitório, evitando assim um pensionamento vitalício. A obrigação alimentar deve persistir apenas por prazo determinado e suficiente para que o indivíduo promova sua adaptação à nova situação econômica e encontre meios para sua própria manutenção. Nesse sentido:

Vale ressaltar que a doutrina e jurisprudência se equivalem ao mesmo entendimento, ao considerar que a pensão alimentícia caberá por determinado tempo e não mais pela vitaliciedade, pois compreendem que o alimentando, apresentando condições de ingressar no mercado de trabalho, ou já possuindo uma atividade laboral, dispensará o alimentante de tal encargo, por não ser justo que este se mantenha obrigado a custear o alimentando perpetuamente. (Toaldo; Muller, 2015, p.132).

Tendo como base tal visão, tramitam perante a Câmara dos Deputados dois projetos de lei que visam estabelecer um termo final para a obrigação alimentar entre ex-cônjuges e ex-companheiros.

Observa-se que o Projeto de Lei 4.984/16, de autoria do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), tramita em caráter conclusivo, e propõe que se estabeleça na Lei de Alimentos (Lei 5.478/68) o limite temporal de dois anos para a pensão alimentícia após o divórcio ou o fim da união estável.

Já o Projeto de Lei 8207/17, arquivado em 2019, foi apresentado pelo deputado Augusto Carvalho (SD-DF), propondo a alteração do Código Civil para estabelecer que a pensão alimentícia entre cônjuges seja fixada por prazo certo, ressalvados os casos excepcionais.

A partir de todo o exposto, entretanto, há que se considerar que, em situações excepcionais como a de uma incapacidade laboral permanente ou em virtude da idade avançada, pode a obrigação alimentar ser necessária de modo indeterminado, havendo assim a perpetuação desta no tempo, já que a reinserção no mercado de trabalho é muito remota. Seria exemplo que justificasse a manutenção da pensão alimentícia, sem estipulação de um termo final, o caso de “uma mulher quinquagenária, que nunca trabalhou durante um longo casamento, dedicada aos afazeres do lar e que dificilmente conseguiria uma atividade laborativa.” (Gomes *apud* Spolidoro, 2008, p. 53).

3.2 Da subsidiariedade/solidariedade do rol dos obrigados quanto aos Alimentos devidos após a dissolução do casamento

Uma vez que o legislador foi silente ao tratar da natureza jurídica da responsabilidade do dever alimentar, havia um debate doutrinário acerca do tema no tocante ao fato de os prestadores de alimentos estarem obrigados de forma subsidiária ou solidária.

Segundo Paulo Lôbo “os alimentos constituem obrigação derivada do princípio da solidariedade, mas não é obrigação solidária”. (Lôbo, 2008, p.352). Sobre a discussão, pontua Maria Berenice Dias (2006, p. 58), que “como a solidariedade não se presume (CC, art. 265), pacificaram-se a doutrina e a jurisprudência, entendendo que o dever de prestar alimentos não é solidário, mas subsidiário e de caráter complementar.

Como já exposto, compete, de forma recíproca, aos parentes, cônjuges e companheiros a prestação da obrigação alimentar, nos moldes do que preceitua o art. 1694, caput, do Código Civil.

Contudo, ponderou o legislador em art. 1698 do Código Civil que apesar de haver uma ordem a ser respeitada ao se instituir quem deve assumir o dever de sustento – estando esta regra de limitação de responsabilidade contida em art. 1696 e 1.697 – haveria a possibilidade de se estabelecer vários garantidores existenciais ao alimentando dentro das relações de parentesco:

Art. 1.698. Se o parente, que deve alimentos em primeiro lugar, não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, serão chamados a concorrer os de grau imediato; sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, todas devem concorrer na proporção dos respectivos recursos, e, intentada ação contra uma delas, poderão as demais ser chamadas a integrar a lide. (Brasil, 2002).

Assim, pode-se concluir a partir da análise dos dispositivos legais supracitados que se a própria obrigação alimentar decorrente do vínculo de parentesco possui “caráter subsidiário, sucessivo e complementar” (Cerutti; Catalan, 2013, p. 9248), seria ainda mais razoável aplicar as referidas características à categoria/classe de obrigados do encargo alimentar que se origina em virtude do vínculo legal de afinidade.

“Só quem é completamente só, não tem família, não teve um vínculo afetivo, não tem a quem socorrer.” (Dias, 2006, p.35). Dessa forma, deve o necessitado de alimentos acionar, prioritariamente, aqueles que guardam maior proximidade e convivência familiar, via de regra, os parentes em linha reta ou mesmo em linha colateral – sendo admitido para fins de obrigação alimentar, inclusive, os colaterais até o quarto grau. Paulo Lôbo, acerca do tema, aponta:

Quanto mais próximo o parente, mais identificado fica o devedor, por força da lei (“recaindo a obrigação nos mais próximos em grau” – art. 1.696 do Código Civil). Assim, em primeiro grau são chamados os ascendentes, depois os descendentes, e apenas na falta destes, os colaterais, que constituem as classes de parentesco. Dentro da mesma classe, os de grau mais próximos preferem aos mais distantes. Dentro do mesmo grau, por fim, os parentes assumem obrigação necessariamente *pro rata*, em quotas proporcionais aos recursos financeiros de cada um. (Lôbo, 2008, p.352).

Ademais, dentre todo o exposto, questão que também merece destaque é o fato de que a partir de uma evolução do pensamento científico, voltado para a área do Direito de Família, depreende-se que não é a consanguinidade, é a afetividade que vinca as relações parentais. (Dias, 2006)

Diante desse cenário compreende-se que a responsabilidade alimentar encontra repouso no vínculo de afetividade. “Os relacionamentos afetivos geram obrigações mútuas, direitos e deveres de parte a parte” [...] e “como o afeto gera ônus e bônus, aí situa-se a natureza da obrigação alimentar. (Dias, 2006, p.34)

Considerando que na maioria das vezes a afetividade se mostra totalmente abalada e ceifada com a dissolução do laço conjugal, levanta-se o questionamento do porquê o legislador impor ao ex-cônjuge ou ex-companheiro, mesmo após o desfazimento do vínculo de afinidade, a sua permanência como obrigado a prestar alimentos perante o outro.

Deve-se ter em mente “a plena absorção do conceito de excepcionalidade dos alimentos devidos entre ex-cônjuges” (Brasil, 2016, p.5-6), conforme destacou a ministra Nancy Andrighi em voto proferido em Recurso Especial da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça.

Dessa forma, o rol apresentado em art.1694 do Código Civil, conjugado com o que dispõe o art.1698 do mesmo dispositivo legal, deve ser analisado de forma linear e hierárquica, dando preferência primeiramente aos parentes e só depois de esgotadas todas as possibilidades entre estes, vir a acionar o ex-cônjuge ou ex-

companheiro. Tal aspecto torna ainda mais evidente o caráter subsidiário do rol de obrigados em se prestar alimentos.

3.3 Da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – Duração do pagamento de pensão alimentícia a ex-cônjuge ou ex-companheiro(a)

Por meio da exposição de alguns julgados do Superior Tribunal de Justiça, busca-se demonstrar qual é o entendimento dominante acerca da temática do instituto dos Alimentos entre ex-cônjuges ou ex-companheiros no cenário do Direito Brasileiro atual – enfoque especial a questão do termo limite da obrigação alimentar.

A pesquisa jurisprudencial se limitou ao Superior Tribunal de Justiça já que este órgão é a corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil – sendo o Recurso Especial o principal meio cabível para dirimir interpretações divergentes de Tribunais sobre um determinado dispositivo de lei.

Primeiramente, a título ilustrativo, destaca-se a ementa do processo REsp 1559564/MG - RECURSO ESPECIAL - 2015/0245377-0, publicado no Diário de Justiça Eletrônico em 30/11/2016:

CIVIL E PROCESSO CIVIL. **ALIMENTOS DEVIDOS AO EX-CÔNJUGE. PEDIDO DE EXONERAÇÃO.** POSSIBILIDADE.

1. Diploma Legal: Código Civil.

2. Cinge-se a controvérsia a determinar se o recorrente **deve ser exonerado da pensão paga a sua ex-cônjuge**, desde a época da separação, ocorrida há mais de 05 anos, **tendo em vista que a recorrida exerce atividade laboral de nível idêntico ao do alimentante.**

3. **Os alimentos devidos entre ex-cônjuges devem ser fixados por prazo certo, suficiente para, levando-se em conta as condições próprias do alimentado, permitir-lhe uma potencial inserção no mercado de trabalho em igualdade de condições com o alimentante.**

6. Particularmente, impõe-se a exoneração da obrigação alimentar tendo em vista que a alimentada está trabalhando em atividade de nível superior por cinco anos, **tempo esse suficiente e além do razoável para que ela pudesse se restabelecer e seguir a vida sem o apoio financeiro do ex-cônjuge.**

7. Recurso especial conhecido e provido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Terceira TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas constantes os autos, por unanimidade, dar provimento ao recurso especial nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com a Sra. Ministra Relatora. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Moura Ribeiro. (Brasil, 2016, grifo nosso)

O referido julgado da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, que teve como relatora a ministra Nancy Andrighi, foi o que despertou curiosidade para realização desta pesquisa.

Nota-se que no presente caso o ex-cônjuge já se encontrava inserido no mercado de trabalho e em condições similares ao do antigo parceiro, não sendo assim razoável a manutenção da obrigação alimentar. Restou-se comprovada que a situação fática que deu origem à obrigação alimentar é diversa da qual atualmente se encontra o cônjuge alimentando. Desse modo, estando o alimentando em plenas capacidades de se autossustentar, faz-se inócua a prestação alimentar pelo ex-cônjuge, justificando a exoneração da obrigação previamente estabelecida.

Percebe-se que “este entendimento pretende evitar o pensionamento vitalício, assumindo provisoriamente um auxílio necessário por um determinado tempo, até que o ex-cônjuge ou ex-companheiro consiga prover o seu próprio sustento.” (Toaldo; Muller, 2015, p.134).

Seguindo entendimento semelhante, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, em análise de Agravo Interno decorrente de um Agravo em Recurso Especial (AgInt nos EDcl no AREsp 679175/SP - AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL -2015/0061566-6, publicado em 18/04/2017 no Diário de Justiça Eletrônico), firmou o posicionamento no mesmo sentido, conforme se depreende de ementa:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **ALIMENTOS. EX-CÔNJUGES. EXCEPCIONALIDADE. OBRIGAÇÃO COM TERMO CERTO.** AÇÃO DE EXONERAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. ALIMENTANDA QUE TRABALHA EM EMPRESA FAMILIAR E AUFERE RENDA DOS BENS PARTILHADOS QUANDO DA SEPARAÇÃO. TESE DO RECURSO ESPECIAL QUE DEMANDA REEXAME DE CONTEXTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. ÓBICE CONTIDO NA SÚMULA Nº 7/STJ. AGRAVO INTERNO PROVIDO.

1 - Nos termos da jurisprudência atualmente consolidada no STJ, os **alimentos entre ex-cônjuges** devem ser fixados, como regra, com **termo certo, somente se justificando a manutenção por prazo indeterminado do pensionamento em face de situação excepcional, como a incapacidade permanente para o trabalho ou a impossibilidade de reinserção no mercado de trabalho.**

2 - Hipótese em que Tribunal de origem, soberano na análise da prova, concluiu pela procedência do pedido de exoneração, em face das possibilidades financeiras da alimentanda, bem como em razão da não comprovação da incapacidade de prover o próprio sustento, de forma que a tese defendida no recurso especial demanda reexame do contexto fático e probatório dos autos, vedado pela Súmula nº 7/STJ.

3 - Agravo interno a que se dá provimento para negar provimento ao agravo em recurso especial.

Prosseguindo no julgamento, após o voto-vista do Ministro Antonio Carlos Ferreira dando provimento ao agravo interno para negar provimento ao agravo nos próprios autos, acompanhando a divergência, e o voto do Ministro Marco Buzzi acompanhando o relator, e o voto do Ministro Luis Felipe Salomão no sentido da divergência, a Quarta Turma, por maioria, deu provimento ao agravo interno para negar provimento ao agravo nos próprios autos, nos termos do voto da Ministra Maria Isabel Gallotti, que lavrará o acórdão. Vencidos o relator e o Ministro Marco Buzzi. Votaram com a Sra. Ministra Maria Isabel Gallotti (Presidente) os Srs. Ministros Antonio Carlos Ferreira e Luis Felipe Salomão. (Brasil, 2017, grifo nosso).

Observa-se que, ambas as Turmas de Direito Privado do Tribunal da Cidadania, compreendem que na obrigação alimentar devida a ex-cônjuges seria salutar a incidência uma limitação temporal. Ressalta-se que a prestação de alimentos neste tipo de modalidade deve se dar em caráter excepcional, conforme destacado em passagem do voto.

Nota-se que tal entendimento da Corte fora ventilado em Informativo de Jurisprudência nº 557, demonstrando que a temática mereceu destaque na publicação periódica de teses, exprimindo importante repercussão no meio jurídico:

DIREITO CIVIL. PENSÃO ALIMENTÍCIA DEVIDA A EX-CÔNJUGE E FIXAÇÃO, OU NÃO, DE TERMO FINAL.

Em regra, a pensão alimentícia devida a ex-cônjuge deve ser fixada por tempo determinado, sendo cabível o pensionamento alimentar sem marco final tão somente quando o alimentado (ex-cônjuge) se encontrar em circunstâncias excepcionais, como de incapacidade laboral permanente, saúde fragilizada ou impossibilidade prática de inserção no mercado de trabalho. (SÃO PAULO REsp 1.290.313-AL, Quarta Turma, DJe 7/11/2014; REsp 1.396.957-PR, Terceira Turma, DJe 20/6/2014; e REsp 1.205.408-RJ, Terceira Turma, DJe 29/6/2011. REsp 1.496.948-SP, Rel. Ministro Moura Ribeiro, julgado em 3/3/2015, DJe 12/3/2015).

O Informativo de Jurisprudência divulga, de forma periódica, teses firmadas pelo STJ. Seleciona-se tanto pela novidade temática no âmbito do Tribunal, quanto pela repercussão no meio jurídico. Observa-se que o tema é, recorrentemente, destacado, mas sempre reafirmando tese já consolidada pelo colendo tribunal.

No ano de 2020, o Informativo de Jurisprudência nº 669 apresenta o REsp 1.829.295-SC, de relatoria do Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, em que a Terceira Turma, por unanimidade, ratifica o entendimento de que, assim como na fixação, “a desoneração dos alimentos fixados entre ex-cônjuges deve considerar outras circunstâncias, além do binômio necessidade-possibilidade, tais como a capacidade potencial para o trabalho e o tempo de pensionamento.” (Brasil, 2020, p.13-14).

Depreende-se que, a rigor, somente a partir de uma minuciosa análise das especificidades do caso concreto seria possível determinar corretamente a necessidade ou não de se estabelecer o termo final para a prestação alimentar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou apresentar uma análise acerca do instituto dos Alimentos, dando enfoque especial à prestação alimentícia entre ex-cônjuges e ex-companheiros, expondo os critérios para o estabelecimento do termo final dessa modalidade de obrigação alimentar.

Como se pode observar na pesquisa, diversos fatores devem ser levados em consideração tanto para a fixação da prestação alimentícia, quanto para a determinação do termo final da obrigação alimentar.

Além do instituto dos Alimentos estar sempre pautado no trinômio necessidade/possibilidade/proporcionalidade, especificamente, na modalidade de obrigação alimentar devida a ex-cônjuges e a ex-companheiros, faz-se necessária também a incidência de uma limitação temporal, ressalvados casos excepcionais – como de incapacidade laboral permanente ou idade avançada do cônjuge ou companheiro alimentando.

Somente a partir de uma minuciosa análise das especificidades do caso concreto é que se torna possível determinar corretamente a necessidade ou não de se estabelecer o termo final para a prestação alimentar – e conseqüentemente seu caráter transitório ou por tempo indeterminado.

Cumprido destacar também que a partir de uma interpretação sistemática do ordenamento jurídico, percebe-se que o aspecto subsidiário da obrigação alimentar deve ser ressaltado, sendo importante a preconização de que os familiares imediatos, quais sejam, os que possuem maior convivência e afetividade com o alimentando,

prestem alimentos ao ex-cônjuge ou ex-companheiro necessitado, e somente em casos excepcionais deve a obrigação alimentar ser suportada pelo ex-cônjuge ou ex-companheiro.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO JÚNIOR, Gediél Claudino de. **Prática no direito de família**. 8.ed. Rio de Janeiro Atlas 2016.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 Jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/10406.htm. Acesso em: 22 ago. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Interno nos Embargos de Declaração no Agravo em Recurso Especial 679175/SP. Relatora: Maria Isabel Gallotti – Quarta Turma. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 18 abr. 2017. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201500615666&dt_publicacao=18/04/2017. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Informativo de Jurisprudência nº 0557. **Informativo de Jurisprudência**. Brasília, 13 mar. 2015. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?aplicacao=informativo&acao=pesquisar&livre=@cnot=015256/>. Acesso em: 13 maio 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Informativo de Jurisprudência nº 0669. **Informativo de Jurisprudência**. Brasília, 08 maio 2020. Disponível em: <https://processo.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?acao=pesquisarumaediacao&livre=%270669%27.cod>. Acesso em: 30 jun 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial 1559564/MG. Relatora: Nancy Andrighi – Terceira Turma. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 30 nov. 2016. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201502453770&dt_publicacao=30/11/2016. Acesso em: 16 nov. 2017.

CAHALI, Yussef Said. **Dos alimentos**. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. 848 p.

CERUTTI, Eliza; CATALAN, Marcos. Alimentos, irrepitibilidade e enriquecimento sem causa: uma proposta de convergência de figuras aparentemente excludentes. **Revista Trimestral de Direito Civil**, Rio de Janeiro, v.11, n.42, p. 25-47, abr. 2010. Disponível em: http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/ridb/2013/09/2013_09_09221_09253.pdf. Acesso em: 26 maio 2018.

DIAS, Maria Berenice. Alimentos, dois pesos e duas medidas para preservar a ética: irrepitibilidade e retroatividade do encargo alimentar. **Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre, v.3, n.18, p.101-105, maio 2007.

DIAS, Maria Berenice. **Até que a morte os separe?** . Disponível em: <http://estadodedireito.com.br/ate-que-a-morte-os-separe/>. Acesso em: 08 maio 2018.

DIAS, Maria Berenice. **Conversando sobre alimentos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. 129 p.

FARIAS, Cristiano Chaves de; NETTO, Felipe Braga; ROSENVALD, Nelson. **Manual de Direito Civil**: volume único. 2. ed. rev., atual. e ampl. Salvador: Juspodivm, 2018.

LAGRASTA NETO, Caetano; TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. **Direito de família**: novas tendências e julgamentos emblemáticos. São Paulo: Atlas, 2011. xxii, 426 p.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito civil**: famílias. São Paulo: Saraiva, 2008. xiii, 407 p.

MADALENO, Rolf. Responsabilidade civil na conjugalidade e alimentos compensatórios. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). **Família e responsabilidade**: teoria e prática do direito de família. Porto Alegre: Magister: IBDFAM, 2010. p. 473-497.

MARIDO não é órgão previdenciário, diz desembargador em caso sobre o divórcio. [S.l.]: Amo Direito, 18 dez. 2016. Disponível em: <http://www.amodireito.com.br/2015/08/marido-nao-e-orgao-previdenciario-diz.html?m=1>. Acesso em: 20 nov. 2017.

MIRANDA, Tiago. Proposta estabelece limite de dois anos para pensão alimentícia Disponível em:<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/523756-PROPOSTA-ESTABELECE-LIMITE-DE-DOIS-ANOS-PARA-PENSAO-ALIMENTICIA.html>. Acesso em: 16 jul. 2020.

SILVA, André Luíz Mattos. O princípio constitucional da solidariedade aplicado ao direito de família: análise jurídico-sociológica sobre as relações alimentares e o abandono afetivo. **Revista Síntese Direito de Família**, Porto Alegre, v.15, n.83, p.127-145, abr. 2014.

SILVA, Paulo Lins e. O Matrimônio – Antes, Durante e Depois: uma Visão no Direito Pátrio e Comparado. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). **Família e responsabilidade**: teoria e prática do direito de família. Porto Alegre: Magister: IBDFAM, 2010. p. 433-463.

SOUZA, Ionete de Magalhães; SIQUEIRA, Heidy Cristina Boaventura. Alimentos compensatórios e o equilíbrio econômico com a ruptura matrimonial ou da união estável. **Revista Síntese Direito de Família**, Porto Alegre, v.14, n.75, p.137-144, dez. 2012.

SOUZA, Murilo. **Projeto prevê limite de prazo para pensão alimentícia**. Disponível em:<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/551544-PROJETO-PREVE-LIMITE-DE-PRAZO-PARA-PENSAO-ALIMENTICIA.html>. Acesso em: 16 jul. 2020.

SPOLIDORO, Luiz Claudio Amerise. A exoneração da obrigação de prestar alimentos a ex-cônjuge e a formação de nova família. **Revista Jurídica Consulex**, Brasília, v.12, n.270, p. 50-53, abr. 2008.

TOALDO, Adriane Medianeira; MULLER, Juliana. Exoneração de Alimentos a Ex-Cônjuges: Inexistência das Alterações nas Condições Econômicas dos Cônjuges. **Revista Síntese Direito de Família**, Porto Alegre, v.16, n.90, p.119-136, jun. 2015.

TURMA reafirma entendimento sobre limitação temporal de alimentos devidos a ex-cônjuge. **STJ**. Brasília, 13 dez. 2016. Notícias. Disponível em: http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Turma-reafirma-entendimento-sobre-limita%C3%A7%C3%A3o-temporal-de-alimentos-devidos-a-ex%E2%80%93c%C3%B4njuge. Acesso em: 08 nov. 2017.